

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO NORTE: ORIGENS E FORMATAÇÕES

Francisco Wellington Duarte¹

RESUMO: Uma visão sobre os primeiros séculos de existência do Rio Grande, como unidade política, econômica e administrativa, mostra que a ocupação portuguesa sofreu os impactos exógenos, derivados da condição da Capitania, com relação aos eventos ocorridos na metrópole, mas também de fatores endógenos, consequência da geografia, do clima e da presença de povos que habitavam essa pequena porção do Brasil Colônia. O artigo trata desse processo inicial e a conclusão é de que, após o genocídio indígena, no final do século XVIII, as terras do Rio Grande foram ocupadas pelos colonos e, dessa forma, as formas econômicas desse espaço foram se constituindo ao longo do século citado, culminando com a decisão de Portugal em assumir, de forma completa, o processo de colonização desse espaço.

Palavras-Chave: Rio Grande do Norte; Brasil; Colonização; Território; Economia.

THE HISTORICAL FORMATION OF RIO GRANDE DO NORTE: ORIGINS AND FORMATS

ABSTRACT: A view of the first centuries of Rio Grande's existence, as a political, economic and administrative unit, shows that the Portuguese occupation suffered exogenous impacts, derived from the Captaincy's condition, in relation to the events that occurred in the metropolis, but also from endogenous factors, consequence of geography, climate and the presence of people who inhabited this small portion of Colonial Brazil. The article deals with this initial process and the conclusion is that, after the indigenous genocide, at the end of the eighteenth century, the lands of Rio Grande were occupied by settlers and, in this way, the economic forms of this space were constituted throughout the century. cited, culminating with the first of Portugal's decision to assume, in a complete way, the process of colonization of that space.

Keywords: Rio Grande do Norte; Brazil; Colonization; Territory; Economy.

¹ Professor associado do departamento de economia da UFRN. Economista, Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. E-mail: francisco.wellington@ufrn.br

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o processo de formação de um povo requer sensibilidade, cautela, e sobretudo perspicácia para levar em consideração inúmeras variáveis fundamentais, que embora separadas tenham pouca relevância, em conjunto moldaram as características não só das terras e seus limites bem como sua economia, conformando a dinâmica social e cultural de todos os indivíduos envolvidos direta e indiretamente nesse desenvolvimento. Nesse processo, além de vários fatores internos, houve também fatores externos, que de forma engenhosa ou rude, impuseram à força novas dinâmicas e interações que marcaram, através de conflitos e mortes a história do Rio Grande do Norte.

Hora divididos, hora agrupados, por vezes desprezados e afastados de suas terras a reduzidos a condição de escravidão, hora desempenhando papéis importantes em conflitos. De todas as formas usados, e nunca realmente valorizados, essa foi a vivência dos povos indígenas durante as ocupações europeias. Dezenas de anos tendo sua cultura, crenças e organização social modificadas e em muitos aspectos esmagadas por um novo sistema que usurpou seus direitos e lhes deu deveres que tinha como intenção torná-los mais “civilizados”.

Essa tragédia humana, o genocídio indígena (1680-1720), foi precedido por um longo e tortuoso processo de ocupação das terras litorâneas, dado que o sertão permaneceu praticamente inacessível à essas nuances, em que a geopolítica europeia acabou por ditar a decisão de ocupar militarmente a região, ponta de lança para as expedições do norte e essa ocupação trouxe os elementos iniciais da ocupação das terras e da implementação de uma rudimentar produção de açúcar.

O artigo ressalta a ocupação holandesa (1633-54) como um momento de desarticulação e o abandono literal da ocupação portuguesa e o posterior retorno dos colonos representou a decisão de efetivamente ocupar o Rio Grande e isso significou começar um novo processo de distribuição de terras, avançando pelo interior, tendo consequência os trágicos eventos citados acima.

Ao final do artigo, retoma-se a ocupação definitiva dos sertões, e por conseguinte o surgimento das pequenas unidades de produção e das redes clientelares. Dessa forma, o artigo pretende recuperar um período em que esse processo de formação influenciou, de forma contundente, a estrutura econômica e

social do espaço, dando ênfase aos condicionantes que estruturaram esse mosaico chamado Rio Grande do Norte, com o objetivo tácito de olhar a gênese das terras dos potiguaras e identificar seus elementos formadores.

2. A LENTA E IRREGULAR OCUPAÇÃO DAS TERRAS POTIGUARES: ECONOMIA RUDIMENTAR DE BAIXA DINAMICIDADE

O acordo político feito em junho de 1598 entre portugueses e potiguaras, depois de um violenta resistência dos indígenas à penetração portuguesa no litoral do que conhecemos hoje como Rio Grande do Norte, especificamente na desembocadura do rio Potengi, deveria ser considerado o marco inicial da ocupação portuguesa nessa região, mas nessa mesma região grupos sociais viviam há milhares de anos, em comunidades organizadas, que conviviam com um clima árido, no interior, e quente e úmido, no litoral (PROUS, 2007).

Compreender o processo de ocupação e colonização, a posteriori, das terras do futuro Rio Grande, sem dar importância à questão geográfica e climática, pode, por outro lado, secundarizar o peso dessas variáveis, tanto no formato das comunidades indígenas existentes, como no processo de ocupação portuguesa.

Por outro lado, é necessário salientar que a ocupação das terras do Rio Grande não pode ser dissociada do interesse colonial espanhol de assegurar o controle sobre o litoral da colônia, afinal, após a União Ibérica (1580), era mister acabar com o comércio dos franceses com litoral acima de Pernambuco, feito sem nenhum controle, com os indígenas da região. Nas costas do Rio Grande, especificamente, os franceses negociavam com os potiguaras e com as tribos mais distantes do litoral, e esse fato que fez com que a coroa espanhola tomasse a decisão, em 1597 de enviar milícias para ocupar o litoral e construir um fortim.

O que importa ressaltar é que a gênese do Rio Grande é basicamente militar, sendo um local de natureza estratégica para o controle do terreno, por parte dos portugueses, possibilitando a continuação da expansão em direção ao norte. Nas três décadas seguintes, até a ocupação holandesa em 1633, o Rio Grande, como terra ocupada pelos portugueses, se restringia a uma pequena e estreita faixa de terra na parte sul da região (cerca de 50 Km) em direção à Paraíba, enquanto os Tarairius dominavam amplamente essa região e eram ferozes inimigos dos Potiguara e portugueses, embora chegassem a comercializar com os franceses. Essa estreita

faixa de terra do ocupante representava naquele momento, o espaço único a disposição dos portugueses que a partir de 1602 iniciam o processo de distribuição de terras, sob a forma de sesmarias e cuja única atividade econômica será a instalação de engenhos nessa região, cujos donos, os Albuquerque, posteriormente Albuquerque Maranhão, darão a feição inicial dessa ocupação, que será um elemento formador de todo o processo de formação das terras do hoje Rio Grande do Norte.

Nessa estreita faixa de terra ocupada pelos primeiros portugueses, se implantou a cana-de-açúcar. Essa malvacea – natural das regiões tropicais do Sul e do Sudeste da Ásia –, e o gado, vieram de Pernambuco, o primeiro como uma opção econômica e o segundo como um elemento acessório fornecedor de carne e força motriz para os colonos recém-instalados, e serão eles que formarão a gênese da ocupação do espaço litoral do Rio Grande. Portanto as sesmarias e a cana-de-açúcar são próprias desse primeiro momento da ocupação (MONTEIRO, 2000).

As sesmarias não eram novidades em Portugal, pois desde 1375 vigorava nas terras portuguesas² e representava uma relação íntima entre o Estado e o beneficiário da posse de terras, e no caso do Rio Grande, as primeiras doações foram para os que contribuíram para a conquista do território, a saber João Rodrigues Colaço, Capitão-Mor desde 1600³. E nestas terras se verificará, a posteriori, a criação de uma célula econômica, o engenho de cana-de-açúcar, que será a única até ser destruída pelos holandeses.

² O sistema sesmarial integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo, traço marcante do reino da efetividade, característica da civilização medieval. Um dos objetivos da lei era constringer os “donos” de terra a cultivar sua gleba. Caso tal condição não fosse observada, a coroa tinha o direito de revogar a concessão e doar a terra em sesmaria a outra pessoa que se comprometesse a cultivá-la em tempo pré-determinado por lei. Os sujeitos responsáveis pela aplicação da lei eram denominados sesmeiros em Portugal. Esses eram dois “homens-bons” escolhidos dos membros do concelho, equivalente às câmaras municipais da América portuguesa. Essa escolha poderia ser uma indicação direta do rei ou realizada pelo próprio concelho, porém estava sujeita à aprovação real.

³ Em 1600 Jerônimo de Albuquerque foi enviado para as terras mais ao norte, visando ocupá-las efetivamente, o pernambucano João Rodrigues Colaço é nomeado como o primeiro Capitão-Mor do RN em janeiro de 1600, sendo que ele já auxiliava Jerônimo de Albuquerque na defesa do fortim desde 1598. Ao ser nomeado recebeu de Mascarenhas Homem, 800 braças (1,6 km) de terras ao longo do rio Potengi, para começar a ocupação. Ele pedira 2.600 braças (4,7 km). De qualquer forma, nos 3 anos de administração começou a distribuir sesmarias, basicamente para que fosse ocupadas as terras recém ocupadas pelos portugueses. Em 1605 Jerônimo de Albuquerque doava terras aos seus filhos, Antônio e Matias, no litoral norte onde havia muito sal, e em 1613 nas terras onde hoje se situa o município de Carnaúba dos Dantas.

O que é relevante considerar é que o espaço ocupado, por sua própria caracterização e pelas dificuldades materiais dos militares portugueses, tem pouca atividade econômica, centrada basicamente na produção de açúcar nos dois engenhos existentes e numa convivência, nem sempre pacífica com os indígenas (SILVA, 2015).

Ao completar quinze anos de vida, “a Cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome que número de moradas”. Eram 12 casas ao todo. Foi o Capitão-mor João Rodrigues Colaço, substituto de Jerônimo de Albuquerque, que começou uma política de concessão de sesmarias, objetivando o povoamento, bem como o desenvolvimento econômico da capitania. Tal política foi seguida pelo seu sucessor Jerônimo de Albuquerque, pela segunda vez Capitão-mor do Rio Grande. (TRINDADE, 2010, p. 45).

Monteiro (2000) realça que a distribuição de terras tinha como premissa os interesses dos beneficiários e o tamanho das sesmarias. Um exemplo de como essa distribuição se fazia, foi o caso das terras concedidas em 1604 aos filhos de Jerônimo de Albuquerque, pelo próprio, às margens do rio Cunhaú e que até a Coroa achou “exagerada”, embora não desfizesse a doação. Um ano antes, em 1603, foram os jesuítas nas áreas próximas à povoação dos Reis (Natal). Essas doações representavam o início da ocupação das terras dos nativos. Ao sul a ocupação manteve-se firme e ao norte chegou às bordas do rio Ceará-Mirim.

É nesse contexto que se sobressai a figura de Jerônimo de Albuquerque (1548-1618), de família de posses em Pernambuco, que recebeu terras e o cargo de Capitão-Mor logo no início da ocupação, e com ele veio a organização do plantio e extração da cana-de-açúcar e a instalação de um rudimentar engenho, e obviamente com ele vieram os familiares que exercerão o domínio da terra e serão nos próximos quatro séculos, figuras proeminentes nas terras potiguares.

Mas, em meio a essa ocupação, muito rudimentar é verdade, viviam aqueles que basicamente foram “apagados” da história local, sendo mais lembrados por sua culinária e manifestações de natureza cultural e artística. Os nativos locais, potiguara e tarairiú – durante muito tempo chamados, pelos portugueses de tupis e tapuias, uma divisão que trazia o olhar europeu –, habitaram o território do Rio Grande e possuíam uma organização social que, se não era desenvolvida como a europeia, baseava-se, também, na divisão do trabalho e na ocupação do território, diferenciado pela característica climática, sendo os potiguara ocupantes do litoral, às margens dos rios e que, por isso, eram estabelecidos em aldeias mais fixas, e os tarairiú, que habitavam

o sertão eram, condicionados pelo clima, seminômades, se deslocando de acordo com a possibilidade que a terra lhe dava (MONTEIRO, 2000). De acordo com a antropóloga Julie Cavignac:

No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que se esforçou em descrever os fatos, escondendo aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones ou subestimar o número de escravos no sertão. Além disso, é interessante entender que a elaboração de uma versão 'branca' da história se funda necessariamente numa polaridade entre conjuntos opostos: índio/branco, negro/branco, índio/negro. Dualidade reforçada por uma terminologia complexa da alteridade, construída, historicamente, a partir das categorias de 'selvagem', 'bárbaro', 'índio', 'caboclo', 'mameluco', 'cafuzo', 'pardo', 'negro', etc. Alguns termos são ainda utilizados, inclusive pelos antropólogos, por falta de opção. (CAVIGNAC, 2003, p. 3).

Não eram, portanto, “bárbaros”⁴ que não compreendiam o sentido da vida social, e já mantinha contato com os “brancos”, basicamente os franceses, que negociavam produtos diversos, em troca de pau-brasil desde o início do século XVI. A ocupação iniciada pelos portugueses trouxe colonos em pequena quantidade, é verdade, que se instalaram perto do fortim e viviam basicamente da subsistência; os militares, instalados no fortim e arredores; os potiguaras que “aceitaram” viver perto dos portugueses e o grande agreste-sertão, completamente isolado do litoral e ocupado pelas diversas tribos dos tarairiú, hostis aos portugueses, como se antevissessem seu sombrio futuro.

Mas o que afetaria fundamentalmente o processo de formação do RN não está diretamente relacionada à ocupação da terra pelos portugueses a partir de 1600, e sim de acontecimentos geopolíticos que ocorreram na Europa, especialmente relacionadas à Espanha, que desde 1581 formava Portugal, a União Ibérica. Desconhecer esse processo torna difícil entender um período de aproximadamente 24 anos, em que a fraca ocupação portuguesa foi insipiente (TRINDADE, 2010).

⁴ Utilizamos, nesse artigo, o termo “bárbaro”, que era, para os povos antigos (gregos e romanos) uma palavra que se referia àqueles que não estavam dentro do “mundo civilizado”, ou seja, aqueles que não se situavam nas estruturas sociais presentes entre gregos e romanos, o que significava uma conotação pejorativa. A palavra, aqui colocada é para contextualizar a visão que os portugueses tinham sobre os indígenas, principalmente os colonos e a Igreja Católica.

A realidade da ocupação era, entretanto, esparsa e restrita há algumas centenas de sesmeiros. Em 1614 por exemplo, depois de feito um levantamento, foi verificado que havia 186 beneficiários da distribuição de terras, a grande maioria localizadas no litoral, entre os rios Potengi, Ceará-Mirim, Jacú e Curimataú e algumas nos sertões, sendo que a maioria estava despovoada e não havia nenhuma atividade agrícola. Em 1627 por exemplo, quase 30 anos depois da chegada dos portugueses, havia apenas dois engenhos em precário funcionamento.

Essa frágil ocupação instigou os holandeses a avançar na empreitada de ocupar o litoral brasileiro e em 1620 os Estados Gerais autorizam a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, para que esta, enfim explorasse o que os holandeses tanto apreciavam, em termos de lucros: o açúcar. A primeira incursão holandesa foi em Salvador em 1624, tendo um relativo sucesso, pois Salvador foi ocupada até o ano seguinte, quando são desalojados pelos portugueses. Nesse ano (1625) uma esquadra aporta na Baía da Traição e os holandeses estabelecem contato com alguns nativos da tribo potiguara e isso significou o primeiro que iria ser mais forte nos anos seguintes.

Cabe ressaltar que esses contatos, feitos de forma inteligente pelos holandeses, considerando os nativos como potenciais apoiadores, estabelece uma política de aproximação respeitosa, ao contrário dos portugueses que os tratavam com brutalidade, e isso criou um ambiente para que as futuras incursões ficassem mais fáceis do ponto de vista estratégico.

Entrementes os holandeses voltaram sua atenção para Pernambuco, atacando em 1630, ocupando Olinda em fevereiro e logo em seguida Recife; e em março, indo em direção ao norte na Paraíba, onde enfrentam forte resistência recuando. No Rio Grande pequenas incursões foram feitas, a título de reconhecimento e fortalecimento do apoio dos nativos aos holandeses e finalmente em 5 de dezembro de 1631 uma expedição, dessa vez mais organizada, parte de Recife e três dias depois desembarcam onde fica a praia de Ponta Negra. No dia 12 de dezembro o fortim se rendia e as terras do Rio Grande passam ao controle holandês.

A chegada dos holandeses encontrou a pequena capitania em péssimo estado, com povoamento escasso, restrito há poucas léguas do fortim e contando, segundo informações levantadas por espiões holandesas, com não mais do que 130 homens, a esmagadora maioria vivendo de forma miserável com suas famílias (CRUZ, 2015, p. 91).

A ocupação holandesa significou o colapso no tipo de administração que estava se constituindo e num retrocesso do processo de ocupação das terras, principalmente porque os holandeses, auxiliados pelos nativos (especialmente os tarairiú) impuseram uma repressão feroz, como era de praxe na época, aos seus inimigos, invadindo o engenho de Ferreiro Torto (um dos dois engenhos existentes da colônia), na margem direita do rio Jundiaí, matando a família do seu dono (Francisco Coelho), ao passo que os colonos, temerosos de serem chacinados, fugiram desordenadamente para os confins da Paraíba.

O único empreendimento produtivo restante, o engenho de Cunhaú, foi atacado em 1634 e seus poucos moradores mortos pelos Janduís, ferozes inimigos dos portugueses. Enquanto isso na capital, os holandeses, senhores de Nova Amsterdã (novo nome de Natal) estabeleceram um simulacro de governo com o auxílio dos missionários, que buscavam converter os nativos, sendo essa a mesma política dos portugueses, embora muito mais inteligentes, já que optaram por uma aproximação mais sutil. E quanto às terras dos portugueses, estas foram doadas aos conselheiros políticos para que eles desfrutassem das mesmas.

Novamente fatores externos intervêm com o fim da União Ibérica, em 1640, e a restauração da independência portuguesa, que teve como consequência a retomada de contatos entre Portugal e as Províncias Unidas, e foi estabelecida entre eles. Portugal, sem condições de grandes empreitadas, aceitou momentaneamente as posses holandesas, mas em 1645, os portugueses decidiram retomar a Colônia. Daí até 25 de janeiro de 1654, quando foi assinada a capitulação dos holandeses, marcada pela entrada triunfal do general Francisco Barreto em Recife (28 de janeiro) se desenrolaram várias batalhas, afetando a incipiente economia da Colônia.

3. A REOCUPAÇÃO DO RIO GRANDE E A GUERRA GENOCIDA CONTRA OS INDÍGENAS: A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO POTIGUAR NO SÉCULO XVIII

Em todo o período da ocupação holandesa no Rio Grande, este se tornara um grande vazio populacional, e a economia, com a destruição dos dois engenhos simplesmente desapareceu, restando a cana de açúcar ser colhida de maneira bem rudimentar. O retorno dos nativos e de sua organização social e o desaparecimento dos portugueses, sendo que esse desaparecimento não foi substituído por uma

política de ocupação do território, fez regredir a primitiva economia do Rio Grande a nada. Quando as tropas da coroa portuguesa chegam ao Rio Grande, em maio de 1654, os holandeses já haviam partido, deixando a destruição para trás e os nativos voltando às suas posições de antes, com os potiguaras se reaproximando dos portugueses e as diversas tribos dos tarairiú retornando às suas terras, no sertão.

A Coroa enviou Antônio Vaz Gondim, já em 1654, não apenas para retomar as posses dos lusitanos, mas com a tarefa de reorganizar a Capitania administrativamente e ocupá-la em definitivo através da retomada de doação de terras e, com as condições mínimas atendidas, começa a buscar a reocupação das terras potiguares (TRINDADE, p. 71). A própria organização da administração só seria regularizada em 1660, quando em outubro daquele ano o Vice-Rei do Brasil D. Vasco Mascarenhas regulamentou, através de regimento geral, a atuação dos já citados. Coube aos capitães-mores o processo de doação de terras para novos colonos, ou seja, a Coroa faria o papel de fomentador desse processo de ocupação:

Após a expulsão dos holandeses, começou a efetiva ocupação do interior da capitania, incentivada pelo novo administrador Vaz Gondim, empurrando os indígenas ainda mais para o interior, escravizando-os e matando-os. Dessa forma, o interior da capitania foi sendo povoado, abrindo-se várias fazendas de gado. Essa incursão povoadora eliminava a possibilidade de os índios serem abastecidos com armas e munição por estrangeiros, como havia acontecido com os holandeses. À medida que as cidades e vilas iam se espalhando pelo território brasileiro, as autoridades coloniais passaram a atuar no sentido de garantir “uma melhor utilização e repartição dos solos coloniais, visando à manutenção da oferta de alimentos”, tendência que levou a uma política de maior distribuição de terras onde se pudesse criar o gado solto. (TRINDADE, 2010, p. 72)

Coube a Vaz Gondim, repovoar a Capitania, conforme atesta Dias:

Além de convocar moradores, Vaz Gondim foi incumbido de reconstruir a Fortaleza dos Reis Magos e obras de urgência na Cidade do Natal. Duas guarnições foram formadas, uma para servir a Fortaleza e outra para a cidade. Desta última, quando necessário, “eram destacados guardas para os distritos mais afastados para conter os indígenas e estabelecer a ordem, tranquilizando os moradores da parte do sertão e facilitando, assim a vinda de mais pessoas para povoar a capitania”. Assim, pode-se afirmar que, além de obrigação, assegurar a tranquilidade das terras da capitania, não permitindo a invasão de outros povos europeus ou levantes indígenas, era uma estratégia de Vaz Gondim para atrair novos moradores às terras vazias de súditos da Coroa portuguesa. (DIAS, 2015. p. 3)

As doações que de fato se regularizaram ocupação, foram feitas a fazendeiros vindos da Bahia até a Paraíba, mas o processo de reocupação é muito pouco

expressivo, e no final do primeiro governo de Gondim, apenas 150 moradores, entre eles sesmeiros, para criarem gado. O sertão continuou, pelo menos até o início da década de setenta com quase nenhuma população portuguesa e sob o domínio dos nativos, mas as que foram doadas nesse período representavam o embrião do esqueleto social que viria a se constituir no século seguinte.

Necessário ressaltar que esse processo de ocupação, sempre feita às expensas dos nativos, deu-se com a doação de sesmarias localizadas no litoral, e os novos sesmeiros traziam consigo o gado para ajudar no seu engenho de açúcar, que foram lentamente espalhando a presença dos colonos. O ex-capitão-mor da PB, João Fernandes Vieira (1610-81), solicitou e recebeu terras ao norte da pequena Natal, indo desde a ribeira do rio Ceará-Mirim até a ponta de Touros, em junho de 1666.

Ao lado dessas doações verifica-se que uma confluência de fatos que condicionam ainda mais esse processo novo de ocupação, a saber, queda no preço do açúcar internacional, impulsiona a criação de gado para atender a uma nova demanda, vinda das Minas Gerais, com os primeiros movimentos de descoberta de metais preciosos. Lentamente esses dois fatos influenciam essa nova tendência, da “união” do gado com o açúcar, que terão efeitos devastadores para os indígenas do Rio Grande.

E, à medida que as sesmarias são doadas, estas se dirigem, para o sertão, através das ribanceiras dos rios, especialmente o Mossoró e o Açu, principalmente depois que Vaz Gondim assume pela terceira vez a administração da Capitania em outubro de 1772, acelera-se o processo de doações que desenhara as propriedades, embora de forma ainda muito rudimentar, o que significa sem as demarcações e basicamente com a força do trabuco, do bacamarte e da faca, começando pela região do Seridó⁵.

Esse movimento de ocupação encontra a resistência dos nativos e, a partir de 1680 assume os contornos de um duríssimo embate entre os ocupantes e os nativos, espalhando-se pelas capitanias do Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, sendo

⁵ Foram doadas as primeiras sesmarias do Seridó, conforme registros da Capitania do Rio Grande do Norte no dia 23 de março de 1676 a Teodósio Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz. No dia 29 de novembro de 1679, foram doadas sesmarias a Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, na Serra do Trapuá (denominada como Acauã, e atualmente conhecida como serra do chapéu, localizada a 10 km da atual cidade de Caicó - RN), medindo 20 léguas de extensão por 4 de largura.

que os tarairiú, aqui do Rio Grande, enfrentavam os colonos com a fúria de quem sabia que destino teriam caso perdessem suas áreas de movimentação e de vida.

Ao mesmo tempo em que a expansão para o sertão começa a criar atritos entre colonos e nativos, no litoral ocorre um processo de acomodação das relações entre esses dois elementos, e o papel da Igreja, nesse processo, acaba delineando os contornos da Capitania.

A criação, ainda em março de 1681, da junta de missões de Pernambuco, abre espaço para que as ordens jesuíticas, dos capuchinhos e carmelitas, procedessem os aldeamentos. Consolidou a missão de São Miguel de Guajiru, localizada nas terras do atual município de Extremoz, criada em 1678 agrupando janduí, paiacús, caborés e panatis, e criou no mesmo ano de 1681, a aldeia missionária de São João Batista de Guaraíras, onde hoje se localiza o município de Arês.

Esses aldeamentos, que na essência buscavam a neutralização da movimentação dos nativos e sua “conversão” em agricultores a serviço da Igreja Católica. A evangelização desarticulava os grupos nativos, adaptava-os e produzia sua “aculturação” por via mais inteligente do que a brutalidade do colono. Todo esse processo foi formalizado pela publicação, em dezembro de 1686, portanto já na primeira fase da resistência indígena, do Regimento das Missões, que concedia o direito de tutela dos nativos capturados aos missionários portugueses.

E assim, controlado o nativo no litoral, o movimento dos colonos, auxiliado pela Coroa, orientou-se para o Sertão, a fim de estabelecer a criação do gado, e esse capítulo na história do processo de formação do Rio Grande do Norte, inclusive da sua base econômica, merece ser ressaltado visto que a “história oficial” basicamente considera esse fato histórico como apenas a “guerra dos bárbaros”, sendo o nome controverso (JUNIOR, 2008) e condicionado às mais diversas visões, a depender da visão de quem o analisava.

Durante pelo menos uma década e meia o sertão do Rio Grande fervilhará, em maior ou menor grau, numa guerra de extermínio e de selvageria própria da época, causando centenas de vítimas e aterrorizando os colonos, culminando com o desesperado pedido de socorro feito pelo Senado da Câmara de Natal, o legislativo da época, ao Capitão Mor de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior (governou de 1685 a 1688), informando que os nativos da Ribeira do Assú tinham matado mais de 100 homens, mulheres e crianças, destruindo as roças e avançavam em direção ao litoral.

No final de 1687 os janduí, tomam a ribeira do Assú e Apodi, afugentando os colonos, enquanto os panatis se aproximam perigosamente da pequena povoação de Natal (janeiro de 1688). A resposta da Coroa foi a construção de várias casas-fortes (principalmente a partir de 1687), em pontos estratégicos como ribeiras de rios e antigos engenhos de cana-de-açúcar: Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guaraíras, Potengi, Utinga, Cuó (já existente em 1683) e São Miguel do Guajiru (Extremoz), e a montagem de expedições, dessa vez com reforços de Pernambuco e até da Bahia.

Os conflitos se concentraram num retângulo geográfico que consistia nas atuais regiões do Seridó Oriental e Ocidental, Serra de Santana, Vale do Assú, extremo sul da região de Macau, Médio Oeste e a região sul de Mossoró. A guerra era de extermínio e isso consta em várias documentações exaradas pelas autoridades locais e os bandeirantes paulistas, principalmente Domingos Jorge Velho e Antônio Matias de Albuquerque, tiveram um papel central nesse extermínio, sendo que a milícia dos bandeirantes, o Terço dos Paulistas, foi recompensado, com vários dos seus oficiais recebendo terras no Sertão. Farta documentação sobre essa luta de resistência mostra que, de fato, o propósito do português era o extermínio completo dos indígenas (ARAÚJO, 2007).

Ao iniciar-se o século XVIII, os guerreiros tapuias já não tinham mais forças para se contrapor aos portugueses e a debandada e dispersão virou marca da fase final dessa guerra, o que significou o avanço dos colonos sobre as terras do Seridó e Oeste, recebendo os oficiais do Terço dos Paulistas doações de terras, principalmente no Vale do Assú, o que gerou conflitos com os colonos já instalados e a Coroa teve de intervir dissolvendo o Terço e prendendo seu líder, Manuel Álvares de Moraes Navarro (1700). Posteriormente, a escravização indígena prosseguiu, favorecendo a própria instalação dos fazendeiros nos sertões (MACEDO, 2008).

Em fevereiro de 1701 a Coroa ordenou que o gado litorâneo fosse afastado das lavouras de cana-de-açúcar, impulsionando definitivamente a ocupação dos sertões, isso em toda a região onde se encontra o que se chama Nordeste e no governo local, ainda sob Bernardo Vieira de Melo (1658-1714), a decisão já encontra esse processo em ação sob os escombros da guerra e se dá especialmente na região de Açu, palco das mais sangrentas batalhas da guerra. Essa decisão da Coroa e o deslocamento dos proprietários de terras de outras capitanias para o sertão do Rio Grande, começou

a formatar uma estrutura social, rudimentar é verdade, mas que a própria implementação moldará o processo político da Capitania, da Província e do Estado.

Daí em diante os indígenas, derrotados, sofrerão um processo de aniquilamento cultural, com as transferências para os aldeamentos controlados pelas ordens religiosas e, além disso, a Coroa passou a delimitar a área de sustento dos indígenas aldeados, ficando as demais áreas livres para os colonos tomarem posse (CRUZ, 2018).

Se olharmos esse sertão, na perspectiva histórica, encontraremos um espaço esvaziado, mas não vazio, cujas condições climáticas eram definidoras dos movimentos populacionais, dos indígenas e dos colonos, dependentes dos rios perenes e enfrentando, volta e meia, secas violentas, ou seja, as condições de sobrevivência eram um teste de resistência para quem pretendesse se instalar permanentemente nessas paragens.

Dessa forma a instalação dos colonos, com unidades esparsas e com uma comunicação precária moldará e cristalizará redes clientelares, que se baseavam em laços de amizade e formação de vínculos que podiam trazer benefícios, forjando uma sólida estrutura de relações políticas, cujas ligações se baseavam por ganhos simbólicos, que permitiam estabelecer uma segurança entre os participantes destas redes.

Serão essas as redes, formadas não só por linha de parentesco, mas também por apadrinhamentos, que forjarão esse primeiro processo de organização social. Pode-se perceber que na região do rio Mossoró, em direção ao Jaguaribe, as sesmarias pertenciam a um grupo de alianças que há muito vinham sendo constituídas.

Essas formas de relações estruturarão, sob as bases de uma economia que ainda estava se espalhando e se consolidando no espaço potiguar, núcleos de poder político que terão ao longo das décadas seguintes, forte peso político na Câmara do Senado em Natal.

O gado, nesse momento, entra para a história econômica do Rio Grande e consolida as posses das terras, não sem violência – marca registrada desse processo, e torna-se lentamente, uma atividade econômica que permitirá o estabelecimento de outras atividades acessórias, o que significa o surgimento de pequenos núcleos populacionais e, por conseguinte, o estabelecimento da divisão social do trabalho, ou seja, hierarquizam-se as relações sociais.

A pirâmide social que se constituía, nesse momento, colocava na base os indígenas, livres (rebelados), e aldeados (em processo de aculturação), rapidamente tornaram-se pessoas quase invisíveis, posto que eram vistos, ora como simples escravos dos colonos, ora como seres ignorantes e tutelados pela Igreja Católica; os negros dos engenhos, escravos formais, sem direitos, portanto, já que eram mercadorias, só se tornando visíveis quando tratados como objetos de troca ou de suplício. Pequenos artesãos, que viviam nas bordas dessas aglomerações, situadas próximas das fazendas e que forneciam a mão-de-obra que servia ao gado; os membros da Igreja Católica, cuja instituição era muito poderosa e, de fato, detinha enorme influência da estruturação dessas pequenas comunidades.

Ao longo da primeira metade do século XVIII o espaço econômico do Rio Grande foi se formando, baseado, como não podia deixar de ser, nas grandes propriedades fundiárias, pois era sob ela que se assentavam as sesmarias. As fazendas emergem como unidades produtivas autônomas, ou seja, uma unidade de produção com sua dinâmica própria (MONTEIRO, 2000, p. 82) e que permite a consolidação de uma rudimentar estrutura social cujo topo dessa “pirâmide” era o fazendeiro.

Fora dessas “unidades de produção” formam-se aos poucos, pontos de apoio para os condutores do gado, que prestam pequenos serviços assessoriais e que farão surgir pequenos aglomerados de pessoas, e isso, num espaço em que as longas distâncias, numa terra ressequida e quente, exigem um esforço muito grande, tornará esses pontos de apoio, rotas e isso fará com que essas aglomerações comecem a ter um papel importante na ocupação do espaço potiguar.

Nesse processo erguem-se três estruturas econômicas e sociais que delinearão a Capitania, principalmente depois de 1760: o litoral, com a cana-de-açúcar e a cidade de Natal tornando-se um centro administrativo que lhe dava força política; o Seridó, com a consolidação do sistema extensivo de criação de gado; e o Oeste, marcado pela exploração do sal, explorado no litoral norte principalmente.

Uma sociedade erguida pela violência da ocupação e pelas formas mais conservadoras de propriedade, somadas a um ambiente geográfico rude, com baixa quantidade de chuvas, o que trazia secas frequentes, gerou um sistema de relações sociais organizadas hierarquicamente de forma vertical, sem nenhuma possibilidade de ascensão social, isso tudo num pensamento conservador católico em que havia

uma união entre Igreja e fazendeiros, nem sempre estável e de boa convivência, mas sempre buscando criar um ambiente de estabilidade, só quebrado pelas violentas disputas de terras ou de poder político.

Assim, ao longo do século XVIII, a população da capitania do Rio Grande concentrava-se basicamente no litoral leste, embora a economia fosse ancorada no interior da Capitania. A cidade do Natal era o único núcleo urbano oficial, com uma população muito diminuta e, apesar de não se terem números, sabe-se que a maior parte vivia em áreas rurais.

Ressalte-se que entre 1720 e 1727, uma violenta seca devastou a região (a seca foi de Pernambuco ao Ceará), afetando a criação de gado, a atividade que se consolidava como a mais importante da Capitania, ao lado da cana-de-açúcar; logo o clima será sempre um elemento a ser considerado tanto para a economia, como para a formatação da sociedade potiguar.

Havia ainda a questão da administração, pois a nascente elite potiguar, embora incipiente, nunca aceitou de bom grado a “dominação” de Pernambuco e Paraíba sobre o Rio Grande, o que foi constantemente colocado na Câmara de Natal, mas nem tanto no interior, onde o poder de comando era muito mais centrado na figura do fazendeiro do que propriamente nos emissários das Capitanias mandantes.

E havia o permanente conflito entre os jesuítas e os colonos, na medida em que as missões, por serem locais organizados e controlados pela Igreja Católica, tinham produção interna e uma estrutura mais estabilizada, além de ocupar terras que os fazendeiros miravam. Era o confronto de duas formas de organização social que disputavam o mesmo espaço econômico.

Na primeira metade do século XVIII (1700-50) passaram pela Capitania onze capitães-mores, sendo que os mandatos pouco acrescentavam à qualidade da administração, sendo geralmente favorecidos os que tinham alguma benesse a ser concedida pela Coroa e não havia, de fato, nenhuma preocupação com a organização administrativa e econômica, salvo Domingos Navarro que, de acordo com Rocha Pombo trabalhou muito com os jesuítas, e apenas isto. Cabia, na prática, aos “homens bons” da Câmara de Natal atuar, para os seus próprios interesses, como ordenanças, nas regiões da Capitania, favorecendo suas propriedades.

São quase 26 anos de administração, muito pouco documentadas, mas que revelam, a princípio, uma certa estabilidade no que se refere aos procedimentos administrativos, não havendo, pelo que parece, grandes disputas por terras e com os

nativos devidamente “pacificados”. Essa estabilidade favoreceu a consolidação das atividades econômicas principais, o gado (sempre sujeito às intempéries do tempo) e a cana-de-açúcar (sujeita ao mercado internacional do açúcar), bem como as atividades acessórias, todas de caráter de subsistência.

É preciso, nesse ponto, tratar de um movimento histórico que redefinirá toda a estrutura administrativa do Estado do Brasil e está localizado no pequeno Reino de Portugal, que chega ao século XVIII, fragilizado economicamente, depois de um século de lutas que sangraram o tesouro português⁶ e que, por conseguinte, vê-se instado a assinar, com a Inglaterra, o Tratado de Methuen⁷, em fins de 1703, colocando a pequena nação Ibérica sob a tutela inglesa.

Essa tutela, econômica e militar, colocaram o desafio para a Coroa portuguesa de participar desse novo quadro geopolítico, e isso se remetia ao fortalecimento da economia portuguesa, exigindo uma maior extração de riqueza da sua mais importante colônia: o Brasil. E mesmo a descoberta das minas de ouro na Colônia, que poderia amainar a situação, não se mostrou suficiente.

O problema é que a natureza do modelo político português, tinha uma nobreza que detinha mais de 50% das terras e que monopolizava o acesso aos cargos privilegiados da burocracia, ou seja, um sistema rígido e o ouro acabou favorecendo essa aristocracia que tinha interesses conflitantes com a burguesia comercial, reforçando o pensamento conservador, acalentado pela Igreja Católica, e que exercia sobre todos os espaços da existência social uma ascendência notável, no sentido de sacralizar a ordem existente, cuja condutora era a Companhia de Jesus.

⁶ No século XVII Portugal esteve envolvido em guerras sangrentas. A “guerra da restauração”, que começou em 1640, quando a aristocracia portuguesa se rebelou contra o domínio espanhol, via União Ibérica, que começou em 1680 e essa guerra só terminou em 1668, quando foi assinado o Tratado de Lisboa, no qual os Habsburgos espanhóis reconhecessem a independência de Portugal. Com os holandeses a paz só veio em 1661, quando os portugueses trocaram as perdas da Ásia pelo reconhecimento holandês da soberania portuguesa no Brasil, o que custou 70 toneladas de ouro para a Coroa portuguesa.

⁷ O Tratado de Methuen, também chamado de Tratado dos Panos e Vinhos, foi assinado pela Inglaterra e Portugal, em 27 de Dezembro de 1703. Foram seus negociadores o embaixador extraordinário britânico John Methuen, por parte da Rainha Ana da Grã-Bretanha, e D. Manuel Teles da Silva, marquês de Alegrete. Após a assinatura do Tratado de Lisboa em maio de 1703, segundo o qual Portugal se aliou militarmente à Grande Aliança formada pela Grã-Bretanha, as Províncias Unidas e o Sacro Império Romano-Germânico para enfrentar a Espanha e a França na guerra de sucessão espanhola, os dois países estenderam seus acordos ao campo comercial. Pelo Tratado, Portugal não desenvolveria as suas infraestruturas industriais em benefício dos ingleses, que conquistaram o mercado para suas exportações de lã. Em troca, Portugal conseguiu a garantia da sua integridade territorial de sua colônia mais importante, o Brasil, e obteve mercado para o seu vinho.

A chegada ao poder de José I, denominado de O Reformador, em julho de 1750, trará consigo todas as contradições dessa conjuntura e a escolha do seu braço direito irá, de fato, mudar o Estado português. O escolhido Sebastião José de Carvalho e Melo, que em 1759 será feito Conde de Oeiras e dez anos depois, em 1769, será feito Marques de Pombal, nome pelo qual ficará conhecido nos livros de história, devido as “reformas pombalinas”, e será este aristocrata que fará profundas mudanças na estrutura do Estado português.

A Coroa agirá desobstruindo os canais burocráticos que atravancavam a circulação comercial e a arrecadação fiscal, via uma profunda reforma do Estado. Para isso seria necessária a eliminação sistemática de todas as formas de contestação à autoridade estatal, ou seja, uma ação firme contra três setores básicos: a burguesia mercantil, a aristocracia mobiliária e a aristocracia eclesiástica que se beneficiava do modelo político existente.

Para dinamizar esse processo, nas colônias foi criada a Companhia de Comércio, para monopolizar os negócios e facilitar a arrecadação de tributos, beneficiando principalmente as colônias, favorecendo uma burguesia mercantil e manufatureira, que fortaleceria o poder da Coroa. Essas ações geraram descontentamentos crescente na nobreza tradicional e especialmente entre o clero conservador cuja face mais interessada na manutenção do status quo, eram os jesuítas, também chamados de inacianos (referência a Inácio Loyola Brandão).

O terremoto de Lisboa (1755), que, além do flagelo de morte e destruição, foi aproveitado pela Igreja Católica para confrontar a Coroa, acusando-a de pecadora e responsável pela tragédia, e a tentativa de assassinato do próprio Rei, em setembro de 1758, desencadearam uma violenta onda de repressão contra os inacianos.

Em 14 de setembro do mesmo ano, no mesmo mês da tentativa de regicídio, Luís Diogo Lobo da Silva, Governador de Pernambuco e suas capitâneas anexas (Ceará, Rio Grande e Paraíba), ordenou que fossem erigidas vilas nos aldeamentos administrados pelos jesuítas, desmontando, dessa forma, a estrutura religiosa existente, introduzindo a administração secular, o que significava, na prática, um maior controle da Coroa sobre o espaço potiguar e a consolidação do processo de ocupação efetiva do interior do Rio Grande, iniciada no começo do século XVII.

No Brasil as prisões e deportações dos jesuítas foi feita aos poucos, em virtude das dificuldades de comunicação, mas foi muito bem recebida pelos colonos, livres desse “entulho” que possibilitaria, agora a efetiva consolidação da propriedade nas

mãos dos fazendeiros, ancorado na secularização da propriedade e isso exigia uma nova formatação. As missões desapareceriam e com ela a “proteção” que a Igreja Católica dava aos indígenas, ou seja, entraria em cena o processo de assimilação forçada das populações indígenas, que geraria uma massa de famélicos, totalmente dependente dos fazendeiros.

Por outro lado, a ocupação das terras potiguares, principalmente das ribeiras do rio Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, acabou gerando uma nova atividade econômica, além da criação de gado, que começara efetivamente em 1720. Trata-se das pequenas oficinas de carne-seca, que salgavam carne para serem exportadas para regiões vizinhas, respondendo às demandas que vinham das regiões das Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e sul da Bahia.

Essa atividade acessória ao gado, contribuirá para o surgimento de pequenos produtores de carne-seca/carne de sol, beneficiando o transporte de carne para regiões mais afastadas, gerando, portanto, pequenos circuitos de comercialização.

Portanto a administração, de fato e de direito, da Coroa Portuguesa sobre o Rio Grande, se consolida, a partir de 1760, com a criação das vilas: Vila Nova de Extremoz (ex-missão de Guajiru) e Vila Nova de Arês (ex-missão de Guaraíras). Nos anos seguintes mais vilas serão criadas e no final do século XVIII ocorre a ocupação das terras potiguares está concluída e a institucionalização do Rio Grande, a partir da criação de vilas, dará nova dinâmica da Capitania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada dos portugueses no litoral do Rio Grande, com o propósito de ocupar a região, feita 98 anos desde a chegada de Cabral nas costas nordestinas, iniciou um processo lento e irregular de estabelecimento dos ibéricos, que, quando foi estabelecido o primeiro sistema de organização institucional do espaço, em 1760, decorridos 162 anos desde o início do processo, redesenhou o território onde hoje se situa o Rio Grande do Norte,

Submetido aos condicionantes geopolíticos europeus, a pequena Capitania, nas primeiras décadas, pelo menos até 1633, era apenas um espaço em que o colono português, que vivia em condições de um semi isolamento devido ao número rarefeito de propriedades, todas elas localizadas próximas ao litoral, convivia com os indígenas

locais, estes já sentindo os primeiros efeitos dessa ocupação, dado que, se no interior os tarairiú dominavam amplamente, no litoral, além do pequeno forte, localizado na desembocadura do rio Potengi, se estabeleceram umas poucas dezenas de portugueses e havia um rudimentar esqueleto econômico, com dois engenhos operando.

Esse rudimento de economia foi destruído pelos holandeses e a Capitania foi abandonada pelos portugueses, que fugiram para o sul, em direção a Pernambuco e além, e quando, a partir de 1654, foi retomada a presença portuguesa, passou a ocorrer, de fato, um processo de ocupação permanente, com a distribuição de sesmarias que, no começo da década de 70 do século XVII, começou a formar o rascunho de uma futura divisão de classe, onde no topo da pirâmide os sesmeiros que começaram a empurrar os indígenas para fora das suas terras, o que fez, nos anos 80, eclodir uma violenta e devastadora guerra de extermínio, que promoveu, além do genocídio das comunidades indígenas, a formatação do espaço econômico do Rio Grande.

O século XVIII foi o momento em que as fazendas ocuparam em definitivo o interior, e o litoral, do Rio Grande; os indígenas foram reduzidos a aldeados ou fugitivos; e a economia começou a criar contornos definitivos, com a consolidação do gado como uma força importante e forjadora das relações sociais, tendo como base as redes clientelares, teias sociais que cimentariam o poder dos fazendeiros e, conseqüentemente a forma de organização territorial, do ponto de vista econômico e social foi se forjando ao longo da primeira metade dos anos 1700.

A mudança, enfim, que encerrou a fase de organização administrativa na qual a Coroa não detinha o total controle sobre ela, dado o poder da Igreja Católica, cujos representantes, os inacianos, detinham o controle da mão-de-obra indígena, veio com o choque da Coroa portuguesa com a Igreja portuguesa, devido ao fato de que a economia de Portugal, em situação lastimável, estava encalacrada numa teia de privilégios ostentados e defendidos pelos aristocratas e religiosos.

A reforma engendrada pelo então Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal) voltou-se contra a Companhia de Jesus e no fim dos anos 50 do século XVIII, a Coroa Portuguesa retomara o controle da administração das terras localizadas no Brasil e no Rio Grande isso significou a transformação dos aldeamentos em vilas, colocada sob leis seculares e que significaram a criação de vilas e o primeiro ordenamento administrativo da Capitania, consolidando o poder dos fazendeiros.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVEAL, Carmen. A Formação da Elite na Capitania do Rio Grande no pós-Restauração (1659-1691), In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos do Antigo Regime**, Lisboa, 2011.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte, **Revista de Humanidades**, V.4 - N.8 - abr./set. de 2003, Caicó.

CRUZ, Carlos Henrique Alves. **Tapuias e Mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e "práticas religiosas" nas fronteiras coloniais**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, Luana Honório. **Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação do território potiguar (século XVII ao início do século XX)**. Natal, UFRN, 2015. Tese de Doutorado.

DANTAS, Maria da Paz Medeiros. Desvendando o viver nas fazendas dos Azevedos, Carnaúba dos Dantas-RN (1870-1940). **Revista Mnemes**, V. 05, nº 09, Jan/2004.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Um Sertão em Movimento: processo de territorialização da capitania do rio grande (1654 e 1673), UFRN, **Revista Sertões**, vol. 5, nº 1, jan. a jun. 2015.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais – Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. Natal, UFRN, 2015. Dissertação de Mestrado.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirre, **Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de PE, 2007.

JÚNIOR, Valdeci dos Santos. **Os Índios Tapuias no Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos**. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros. Escravidão Indígena no Sertão do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, nº 56, p. 449-502, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros, NETA, Olívia Morais de Medeiros e SANTOS, Rosenilson da Silva (Organizadores). **Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas**. Natal: IFRN; Caicó: Biblioteca Seridoense, 2016.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Notas para a História do Rio Grande do Norte**. Editora do Centro Universitário de João Pessoa, março, 2001.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Edufrn, 2000. 246 p.

MORAIS, A. L. S. O patrimônio da Companhia de Jesus na capitania do Rio Grande do Norte: bens como sustento da fé (1600–1759). **Revista Galo**, n. 3, p. 3–21, 17 jul. 2021.

NETO, Edgar Leite Ferreira. **“Notórios rebeldes”: A expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa**. Madri: Fundación Histórica Taverna, 2000.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história de nosso país**. Zahar, Rio de Janeiro, 2ª. Edição, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2003. Pag. 232.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ifrn, 2010.

VAZ, Leonardo Guimarães Vaz. A guerra dos bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, UFJF, v. 5, n. 1, jan-jun. 2001, p. 04-18.

Recebido em: maio de 2023
Aceito em: dezembro de 2023